



DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES INDÍGENAS EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

RESUMO

O presente trabalho discute os desafios enfrentados por estudantes indígenas no processo de ingresso, permanência e êxito acadêmico em Instituições Federais de Ensino. E tem como objetivo, apresentar as principais dificuldades enfrentadas por estudantes indígenas no contexto de sua entrada, permanência e sucesso acadêmico. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica e análise foi organizada a partir de três quatro categorias: acesso, permanência, e êxito. No eixo do acesso, destacam-se os entraves burocráticos e a insuficiente divulgação das políticas. Quanto à permanência, observam-se dificuldades ligadas à moradia, alimentação, transporte e acolhimento pedagógico. Por fim, o êxito acadêmico depende da valorização dos saberes tradicionais e da superação do modelo eurocêntrico de ensino. Conclui-se que a construção de uma educação inclusiva exige políticas mais efetivas e currículos interculturais, capazes de reconhecer e valorizar as especificidades socioculturais indígenas.

Palavras-chave: Estudantes Indígenas. Ações Afirmativas; Desafios.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação destinada aos povos indígenas é marcada por desafios, superações e lutas históricas pela preservação das suas identidades e culturas. De acordo com Cohn & Santana *apud* Jardim (2016), alguns avanços conquistados pelo movimento indígena são a elaboração de Leis e políticas públicas, como: a Constituição Federal de 1988, que garantiu a escolarização em línguas maternas e processos próprios de aprendizagem; as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Indígena (1993), que consolidaram o princípio da interculturalidade; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que assegurou a oferta de uma educação específica, diferenciada, intercultural, bilíngue e multilíngue como dever do Estado. Posteriormente, vieram a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, que tornaram obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da educação básica.

Segundo Agudelos (2010), a educação indígena formal deve promover inclusão social e formação educacional, fortalecendo identidades e garantindo o direito a uma educação de

qualidade. Contudo, persistem desafios como a escassez de recursos, a falta de professores especializados, a resistência de modelos tradicionais e a baixa presença indígena em níveis mais avançados de ensino, especialmente no Ensino Superior.

Dados da Plataforma Nilo Peçanha (2023) apontaram que 9.173 estudantes indígenas estavam matriculados em 539 instituições federais de educação básica (ofertada pelos Institutos Federais) e superior (Universidades e Institutos Federais). Porém, apenas 15% concluíram seus cursos, revelando que o ingresso não se traduz em permanência e conclusão, já que muitos abandonam o percurso.

Esses dados evidenciam que, apesar dos avanços legais, a realidade ainda é marcada por preconceito estrutural e práticas institucionais excludentes, que dificultam a transição entre o território indígena e o ambiente acadêmico.

É diante deste contexto que o presente trabalho tem como principal objetivo: apresentar as principais dificuldades enfrentadas por estudantes indígenas no contexto de sua entrada, permanência e êxito acadêmico em instituições federais de ensino.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de legislações, livros e artigos científicos (Santos e Mülling, 2019; Silva et al., 2012; Bergamaschi, Doebber e Brito, 2018; Gomes e Jesus, 2013; Meneghetti e Nunes, 2021; Pereira, 2022). E a análise organiza-se em três categorias centrais da trajetória acadêmica indígena: acesso, permanência e êxito.

2. 2 A TRAJETÓRIA DOS ESTUDANTES INDÍGENAS NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO: ENTRE OS DESAFIOS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR.

Os estudantes indígenas enfrentam diversas dificuldades ao se inserirem na educação formal, que abrangem o contexto geográfico, cultural e social. Para Silva *et al.*, (2024), estas dificuldades estão atreladas ao ingresso, à permanência e ao êxito no seu processo educacional.

Carvalho (2013) destaca que o acesso é a garantia de oportunidade de ingresso no processo educativo, assegurada por políticas, recursos e condições que democratizam a entrada de todos os sujeitos na escola e no ensino superior. A permanência nos estudos se refere à capacidade de se manter dentro do sistema educacional até a conclusão da etapa em que está inserido. Não significa apenas estar matriculado, mas envolve condições reais de participação, aproveitamento e conclusão dos estudos. E o êxito é entendido como o alcance dos objetivos de aprendizagem e formação estabelecidos no percurso escolar, indo além da simples permanência do estudante na instituição.



No que tange ao acesso, autores como Mulling e Santos (2019) apontaram que os principais desafios abarcam as exigências documentais específicas, como a necessidade de autodeclaração, comprovação de vínculo com a comunidade e testemunhos de membros indígenas. Embora tais critérios busquem evitar fraudes no sistema de cotas, acabam por excluir indígenas que vivem em contextos urbanos ou deslocados (voluntariamente ou não) de suas comunidades.

Para Mulling e Santos (2019), é essencial verificar se os alunos têm conhecimento e acesso aos auxílios previstos nos editais específicos, o que favorece a sua entrada, como também, a sua permanência.

Silva e Sampaio (2022) afirmam que a Lei 12.711/2012 trouxe visibilidade aos povos indígenas, mas fez algumas exigências além da autodeclaração, o que pode dificultar seus ingressos nas instituições de ensino, principalmente dos não aldeados.

Além disso, a divulgação limitada de editais e informações oficiais não alcança de forma eficiente as aldeias, criando obstáculos para que muitos tenham ciência das oportunidades de acesso. Outro problema refere-se à ausência de participação dos povos indígenas na definição dos cursos ofertados, que frequentemente não correspondem às demandas ou realidades das comunidades.

Uma vez inseridos nas instituições, os estudantes enfrentam barreiras financeiras, culturais e estruturais para a sua permanência. Mülling e Santos(2019) alertam sobre alguns fatores que ameaçam a continuidade dos estudos, como a falta de moradia estudantil, restaurantes universitários e transporte adequado, bem como os atrasos no repasse de auxílios financeiros, ameaçando a continuidade dos estudos. Outros pontos recorrentes nas pesquisas analisadas foi o distanciamento da família e da comunidade, que gera isolamento emocional e cultural, agravado por preconceitos e práticas discriminatórias no ambiente acadêmico. Bem como o modelo de ensino, marcado pelo viés eurocêntrico, que prioriza a lógica ocidental em detrimento dos saberes indígenas, dificultando a adaptação dos alunos. A falta de políticas pedagógicas inclusivas e de reconhecimento da diversidade reforça estereótipos e compromete o êxito acadêmico.

E ainda, Silva *et al.*, (2012) apontaram uma incoerência entre os interesses dos povos indígenas e a lógica acadêmica vigente, o que evidencia a necessidade de mudanças na dimensão pedagógica das instituições. Há uma falta de conhecimento por parte das instituições

sobre os saberes e culturas indígenas, o que contribui para a manutenção de estereótipos e preconceitos.

Apesar das dificuldades, autores, como Souza e Nicolau (2020) apontam que alguns fatores contribuem para a permanência dos estudantes nas Instituições Federais de Ensino, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a partir do Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010, oferece suporte em áreas como moradia, alimentação, transporte e atenção à saúde. E o Programa de Bolsa Permanência (PBP), instituído pelo Governo Federal em 2013, que auxilia o estudante com um valor mensal.

Diante desse cenário, para alcançarem o êxito educacional torna-se essencial que as instituições de ensino promovam ações concretas para a valorização dos saberes indígenas e a construção de um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo. Isso inclui a reformulação das práticas pedagógicas, a capacitação de docentes para lidar com a diversidade cultural e o fortalecimento de políticas institucionais que combatam o preconceito e garantam a equidade no acesso e na permanência dos estudantes indígenas.

Superar esses desafios exige investimentos em infraestrutura, maior participação indígena na formulação de políticas educacionais, capacitação docente para lidar com a diversidade cultural e a construção de uma educação “indígena” e não apenas “para indígenas”.

Em síntese, a trajetória dos estudantes indígenas combina barreiras históricas e contemporâneas com experiências de resistência e superação. Ampliar o acesso, garantir a permanência e promover o êxito acadêmico requerem não apenas políticas de inclusão, mas uma transformação profunda no modelo educacional, valorizando os saberes tradicionais e construindo uma escola que dialogue com a diversidade sociocultural do Brasil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de estudantes indígenas nas Instituições Federais de Ensino Superior é marcada por desafios que incluem desde barreiras no acesso em um modelo educacional que, por vezes, negligencia a diversidade étnico-cultural. Mas há iniciativas promissoras que sinalizam caminhos para a construção de um ambiente acadêmico mais sensível às especificidades indígenas e comprometido com a justiça social. Mas é fundamental que as instituições de ensino revisem suas práticas e avancem na construção de currículos interculturais, valorizando os saberes tradicionais e respeitando a autonomia e o protagonismo dos povos indígenas.



Uma educação inclusiva e democrática deve reconhecer a diversidade sociocultural indígena e incorporar práticas pedagógicas que respeitem sua identidade, garantindo protagonismo e autonomia às comunidades. Assim, o ensino formal brasileiro pode avançar para além da lógica eurocêntrica, promovendo uma educação antirracista, plural e socialmente justa.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília: República Federativa do Brasil**, 29 agos. 2012a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 18 dez. 2024.

BRASIL. Decreto n. 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília: República Federativa do Brasil, 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 18 dez. 2024.

CARVALHO, M. C. B . **Avaliação da educação**. instituto camargo correia , v. 01, p. 01-01, 2013.

MÜLLING, Juliana da Cruz; DOS SANTOS, Simone Valdete. A presença de estudantes indígenas na educação profissional e tecnológica. **Educação**, v. 42, n. 3, p. 475-485, 2019.

PEREIRA, Jamilli Santos Martins. **Presença indígena na educação profissional e tecnológica (EPT): um estudo quantiquantitativo sobre o aluno indígena no Instituto Federal do Amapá (IFAP) em 2021**. 2022. 61 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) -Instituto Federal do Amapá, Santana, AP, 2022.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Dados**. Disponível em: <https://moduloextratorpnp.mec.gov.br/>. Acesso em 25/08/2025

SILVA, Polyana Tenório de Fretas; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Natal, v. 56, n. 5, p. 603-631, set. out, 2022.

SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de; NICOLAU, Paulo Roberto Arce. A educação profissional e tecnológica indígena: travessia para a politecnia universal. **Revista Labor**, [S. l.], v. 1, n. 23, p. 244-259, 2020. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/labor/article/view/44563>. Acesso em: 1 ago. 2024.